

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

Diário Central

Legislativo deve autorizar hoje, em definitivo, empréstimo com o BID

.....

Assembléia Legislativa de Goiás

Alteração no plano de carreira do TCE é aprovado em 2ª fase de discussão e votação | Portal da Alego

.....

Plenário dá 1º aval ao repasse de R$ 500 a famílias vulneráveis | Portal da Alego

.....

Legislativo deve autorizar hoje, em definitivo, empréstimo com o BID | Portal da Alego

.....

Jornal do Vale

Legislativo deve autorizar hoje, em definitivo, empréstimo com o BID

.....

Alteração no plano de carreira do TCE é aprovado em 2ª fase de discussão e votação

.....

Plenário dá 1º aval ao repasse de R$ 500 a famílias vulneráveis

.....

Legislativo deve autorizar hoje, em definitivo, empréstimo com o BID

A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) realiza, nesta terça-feira, 3, a primeira sessão deliberativa ordinária do mês, com início às 15 horas, no plenário Iris Rezende do Palácio Maguito Vilela. Ao todo, constam 56 proposições legislativas na Ordem do Dia, entre matérias da Governadoria, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) e dos parlamentares.

Entre os destaques da pauta está o projeto de lei n° 12753/25, de autoria da Governadoria, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 90.366.254,00, com garantia da União. Os recursos serão destinados à terceira fase do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Goiás (Profisco).

A proposta, encaminhada pela Secretaria de Estado da Economia, busca promover ações como simplificação tributária, transformação digital, melhoria dos serviços públicos e fortalecimento da governança fiscal, com atenção a critérios de sustentabilidade, equidade de gênero e participação cidadã.

O impacto orçamentário-financeiro estimado para o período de carência de três anos é de R$ 36.925.986,00, valor referente apenas aos juros e encargos. A legalidade e a constitucionalidade da proposta foram atestadas pela Procuradoria--Geral do Estado.

Também na pauta de segunda votação está o projeto de lei n° 13139/25, do TCE, que propõe alterações na lei que rege o plano de carreira e o quadro permanente de servidores da Corte. Segundo o presidente do tribunal, conselheiro Helder Valin Barbosa, o objetivo é padronizar chefias, estruturar novas áreas e otimizar a organização interna do órgão.

A proposta inclui criação de novos cargos, adequação de funções gratificadas e revisão dos critérios para concessão de licenças e gratificações, com impacto orçamentário devidamente calculado.

Outro projeto em segunda votação é o de n° 4357/23, de autoria do deputado Ricardo Quirino (Republicanos), que torna obrigatória a notificação pessoal de idosos contemplados em programas estaduais de habitação popular. A medida altera a Lei n° 21.186/21, que institui o Programa "Pra Ter Onde Morar", e determina que a comunicação da seleção seja feita por carta registrada, ligação telefônica ou e-mail, visando garantir o pleno acesso das pessoas idosas aos seus direitos.

Completam a pauta de segunda votação outras quatro proposições que tratam de instituir o Dia Estadual da Fraternidade Feminina da Maçonaria; de estabelecer a Política Estadual de Enfrentamento aos Crimes de

Importunação Sexual e Estupro na rede de transporte coletivo metropolitano; criar a Política Estadual de Fomento a Cursos Sociais, Populares e Comunitários; e determinar a obrigatoriedade de capacitação para tosa-dores e banhistas de pet shops no Estado.

A sessão também conta com a análise, em primeira votação, de 32 projetos de lei parlamentares. Entre eles, estão iniciativas que declaram de utilidade pública diversas entidades assistenciais e comunitárias, além de propostas de relevância social, como a que institui o "Emprego Inclusivo" para pessoas com deficiência; a que assegura assento preferencial a autistas no transporte público; a que trata da conscientização sobre o uso de cigarros eletrônicos por crianças e adolescentes; a que prevê a emissão de carteiras de identificação para pessoas com epilepsia e doenças raras; e ainda a criação de datas comemorativas, campanhas de saúde, programas de educação ambiental, proteção animal e incentivo à agricultura orgânica e agroecológica.

A Ordem do Dia contempla, ainda, 17 proposições que podem ter os pareceres favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) apreciados. Dentre elas, destacam-se propostas que conferem títulos honoríficos a municípios goianos, instituem campanhas de conscientização, garantem direitos a pessoas com deficiência e promovem ações de inclusão, saúde, cultura, consumo consciente e equoterapia.

A reunião será realizada de forma presencial e representa mais uma etapa do trabalho legislativo do Parlamento goiano no acompanhamento e formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do Estado e à promoção da cidadania. Para mais informações sobre as matérias já constantes da Ordem do Dia para a sessão ordinária desta terça-feira, 3, consulte a pauta prévia.

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões, e a população pode acompanhar os trabalhos pela TV Assembleia Legislativa (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom), pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.go.leg. br) e, ainda, pelo canal do YouTube. Dessa forma, a população tem a oportunidade de acompanhar as discussões e votações de todas as matérias em pauta.

ALEGO

Legislativo deve autorizar hoje, em definitivo, empréstimo com o BID

Pauta com 56 proposições está na Ordem do Dia nesta 3ª-feira, 3, para apreciação dos deputados estaduais, na 1ª sessão ordinária de junho. Entre as matérias em votação final, destaque para a autorização legislativa para o Governo contrair empréstimo de US$ 90,3 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a serem investidos em simplificação tributária, transformação digital, melhoria dos serviços públicos e fortalecimento da governança fiscal



Divulgação

A sessão será transmitida pela TV Assembleia Legislativa, a partir das 15 horas

A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) realiza, nesta terça-feira, 3, a primeira sessão deliberativa ordinária do mês, com início às 15 horas, no plenário Iris Rezende do Palácio Maguito Vilela. Ao todo, constam 56 proposições legislativas na Ordem do Dia, entre matérias da Governadoria, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) e dos parlamentares.

Entre os destaques da pauta está o projeto de lei nº 12753/25, de autoria da Governadoria, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 90.366.254,00, com garantia da União. Os recursos serão destinados à terceira fase do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Goiás (Profisco).

A proposta, encaminhada pela Secretaria de Estado da Economia, busca promover ações como simplificação tributária, transformação digital, melhoria dos serviços públicos e fortalecimento da governança fiscal, com atenção a critérios de sustentabilidade, equidade de gênero e participação cidadã.

O impacto orçamentário-financeiro estimado para o período de carência de três anos é de R$ 36.925.986,00, valor referente apenas aos juros e encargos. A legalidade e a constitucionalidade da proposta foram atestadas pela Procuradoria-Geral do Estado.

Também na pauta de segunda votação está o projeto de lei nº 13139/25, do TCE, que propõe alterações na lei que rege o plano de carreira e o quadro permanente de servidores da Corte. Segundo o presidente do tribunal, conselheiro Helder Valin Barbosa, o objetivo é padronizar chefias, estruturar novas áreas e otimizar a organização interna do órgão.

A proposta inclui criação de novos cargos, adequação de funções gratificadas e revisão dos critérios para concessão de licenças e gratificações, com impacto orçamentário devidamente calculado.

Outro projeto em segunda votação é o de nº 4357/23, de autoria do deputado Ricardo Quirino (Republicanos), que torna obrigatória a notificação pessoal de idosos contemplados em programas estaduais de habitação popular. A medida altera a Lei nº 21.186/21, que institui o Programa "Pra Ter Onde Morar", e determina que a comunicação da seleção seja feita por carta registrada, ligação telefônica ou e-mail, visando garantir o pleno acesso das pessoas idosas aos seus direitos.

Completam a pauta de segunda votação outras quatro proposições que tratam de instituir o Dia Estadual da Fraternidade Feminina da Maçonaria; de estabelecer a Política Estadual de Enfrentamento aos Crimes de Importunação Sexual e Estupro na rede de transporte coletivo metropolitano; criar a Política Estadual de Fomento a Cursos Sociais, Populares e Comunitários; e determinar a obrigatoriedade de capacitação para tosadores e banhistas de pet shops no Estado.

A sessão também conta com a análise, em primeira votação, de 32 projetos de lei parlamentares. Entre eles, estão iniciativas que declaram de utilidade pública diversas entidades assistenciais e comunitárias, além de propostas de relevância social, como a que institui o "Emprego Inclusivo" para pessoas com deficiência; a que assegura assento preferencial a autistas no transporte público; a que trata da conscientização sobre o uso de cigarros eletrônicos por crianças e adolescentes; a que prevê a emissão de carteiras de identificação para pessoas com epilepsia e doenças raras; e ainda a criação de datas comemorativas, campanhas de saúde, programas de educação ambiental, proteção animal e incentivo à agricultura orgânica e agroecológica.

A Ordem do Dia contempla, ainda, 17 proposições que podem ter os pareceres favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) apreciados. Dentre elas, destacam-se propostas que conferem títulos honoríficos a municípios goianos, instituem campanhas de conscientização, garantem direitos a pessoas com deficiência e promovem ações de inclusão, saúde, cultura, consumo consciente e equoterapia.

A reunião será realizada de forma presencial e representa mais uma etapa do trabalho legislativo do Parlamento goiano no acompanhamento e formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do Estado e à promoção da cidadania. Para mais informações sobre as matérias já constantes da Ordem do Dia para a sessão ordinária desta terça-feira, 3, consulte a pauta prévia.

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões, e a população pode acompanhar os trabalhos pela TV Assembleia Legislativa (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom), pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do YouTube. Dessa forma, a população tem a oportunidade de acompanhar as discussões e votações de todas as matérias em pauta.

DIÁRIO CENTRAL

Redação
Caroline Morais
Victor Gabriel

CENTRAL DC SERVIÇOS E ORGANIZAÇÕES LTDA
32.291.515/0001-84

Colunistas
Ana Flávia Marinho
Rafael Vilela

Editor de Arte
Décio Parma

Circulação:
Estado de Goiás

Tiragem:
Atende a Lei Estadual nº 17.928/12

www.diariocentral.com.br jornaldiariocentral diariocentral

Alteração no plano de carreira do TCE é aprovado em 2ª fase de discussão e votação | Portal da Alego

Alteração no plano de carreira do TCE é aprovado em 2ª fase de discussão e votação

03 de Junho de 2025 às 17:08

O projeto de lei nº 13139/25, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (CTE-GO), foi aprovado, neste instante, em segunda fase. A matéria propõe alterações na lei que rege o plano de carreira e o quadro permanente de servidores da corte. Segundo o presidente do tribunal, conselheiro Helder Valin Barbosa, o objetivo é padronizar chefias, estruturar novas áreas e otimizar a organização interna do órgão.

A proposta inclui criação de novos cargos, adequação de funções gratificadas e revisão dos critérios para concessão de licenças e gratificações, com impacto orçamentário devidamente calculado.

Plenário dá 1º aval ao repasse de R$ 500 a famílias vulneráveis | Portal da Alego

Plenário dá 1º aval ao repasse de R$ 500 a famílias vulneráveis

Os deputados estaduais, reunidos em sessões ordinária e extra, nesta terça-feira, 3, aprovaram proposituras de temas variados. O destaque foi a primeira chancela ao projeto de lei que cria o Programa Goiás + Inclusivo, de autoria do Governo Estadual. A iniciativa contemplará famílias vulneráveis que tenham crianças e adolescentes com deficiência. O Plenário autorizou ainda, em definitivo, a contratação de empréstimo pelo Executivo, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de até US$ 90,3 milhões.

A aprovação, em primeira fase, do projeto de lei que cria o Programa Goiás + Inclusivo, de autoria do Executivo, foi um dos destaques das atividades parlamentares desta terça-feira, 3, realizadas no Plenário Iris Rezende. Já a proposta que autoriza o Governo Estadual a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) alcançou a chancela definitiva. Os trabalhos foram realizados em duas sessões, ordinária e extraordinária, conduzidas pelo presidente Bruno Peixoto (UB).

O projeto de lei nº 13643/25 cria o Programa Goiás + Inclusivo com a finalidade de assegurar proteção social e assistência financeira às famílias em situação de extrema pobreza que tenham, ao menos, uma pessoa, de até 18 anos de idade incompletos, com deficiência. A proposta também autoriza a abertura de créditos especiais no exercício de 2025.

De acordo com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (Seds), o programa objetiva, especificamente, fortalecer a proteção das famílias que têm crianças e adolescentes com deficiência e, pela assistência financeira, garantir-lhes segurança alimentar, renda e melhoria da qualidade de vida.

Os critérios de monitoramento e avaliação do programa envolvem a verificação da eficácia e da eficiência na aplicação dos recursos, a análise contínua do impacto social nas famílias e a elaboração de planos de ação para corrigir eventuais falhas e aprimorar as estratégias. A iniciativa prevê o repasse de R$ 500 mensais para as famílias beneficiadas.

Além disso, estabelece a abertura de crédito no valor de R$ 100 milhões para a implementação do Equipa Social, programa destinado à reforma e à aquisição de equipamentos para os Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) nos 246 municípios goianos.

Crédito

O projeto nº 12753/25, de autoria da Governadoria, autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao BID no valor de até US$ 90.366.254,00, com garantia da União. Os recursos serão destinados à terceira fase do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Goiás (Profisco). Com a obtenção da aprovação definitiva, na tarde de hoje, a iniciativa está apta à sanção do governador.

A proposta, encaminhada pela Secretaria de Estado da Economia, busca promover ações como simplificação tributária, transformação digital, melhoria dos serviços públicos e fortalecimento da governança fiscal, com atenção a critérios de sustentabilidade, equidade de gênero e participação cidadã.

O impacto orçamentário-financeiro estimado para o período de carência de três anos é de R$ 36.925.986,00, valor referente apenas aos juros e encargos. A legalidade e a constitucionalidade da proposta foram atestadas pela Procuradoria-Geral do Estado.

Primeiro aval

Também foi aprovada, esta em primeira votação, a proposição nº 13572/25, de autoria da Governadoria, que dispõe sobre a adesão complementar do Estado de Goiás ao benefício fiscal previsto na legislação de Mato Grosso do Sul, nos termos da Lei Complementar Federal n° 160/17, e do Convênio ICMS n° 190/17. O projeto tem por objetivo permitir a concessão de benefício fiscal ao estabelecimento gerador de energia hidrelétrica.

A proposta decorre de solicitação da Secretaria de Estado da Economia e pretende, de forma geral, regular a permissão para que o governador possa firmar com o interessado um compromisso de obrigações recíprocas, para a concessão de benefício ou de incentivo de forma diferenciada.

Ainda na sessão extraordinária, foi aprovada a proposição nº 13510/25, de autoria de Bruno Peixoto, que pretende incluir, no Calendário Cívico, Cultural e Turístico do Estado de Goiás, a chegada do Sino Vox Patris no município de Trindade.

Também foi avalizado, em primeira fase, o projeto de lei nº 12752/25, que altera a Lei n° 20.756/20, a qual dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do estado de Goiás, das autarquias e fundações públicas estaduais.

A iniciativa partiu da Secretaria de Estado da Administração (Sead) e busca ampliar o direito à indenização antecipada de férias para servidores que optarem por permanecer em atividade, mesmo já tendo cumprido os requisitos para aposentadoria voluntária ou especial. Segundo o Governo Estadual, os dispositivos atuais não abrangem todas as possibilidades de aposentadoria previstas nas legislações federal e estadual, o que resulta em tratamento desigual entre os servidores.

Outra iniciativa a avançar foi o projeto de lei nº 13574/25. A matéria, enviada pela Governadoria, dispõe sobre a presidência, à distância, de atos e procedimentos policiais por delegados de polícia e sobre a formalização virtual deles, bem como revoga a Lei n° 21.403, de 17 de maio de 2022.

O texto tem por objetivo a substituição da atual norma por nova legislação que amplie o uso de ferramentas tecnológicas nos procedimentos de polícia judiciária. A propositura, além de priorizar os princípios da eficiência e da

proporcionalidade, assegurará o pleno atendimento ao princípio constitucional da legalidade, pois todos os procedimentos policiais continuarão a ser presididos por delegado de polícia, ao qual caberá deliberar sobre situações coercitivas, conforme seu juízo técnico e legal.

Já o projeto de lei nº 13139/25, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), foi aprovado em segunda fase. A matéria propõe alterações na lei que rege o plano de carreira e o quadro permanente de servidores da corte. Segundo o presidente do tribunal, conselheiro Helder Valin Barbosa, o objetivo é padronizar chefias, estruturar novas áreas e otimizar a organização interna do órgão.

A proposta inclui a criação de novos cargos, adequação de funções gratificadas e revisão dos critérios para concessão de licenças e gratificações, com impacto orçamentário devidamente calculado.

Discursos

Ao subirem à tribuna nesta terça-feira, 3, os deputados destacaram temas, como gestão pública, direitos trabalhistas e políticas estaduais, refletindo debates acalorados na Assembleia Legislativa de Goiás.

O deputado Paulo Cezar Martins (PL) relatou sua participação no movimento cristão "Legendários", um retiro espiritual masculino que busca a transformação pessoal e comunitária. Vestindo o uniforme do grupo, Martins destacou a experiência como "transformadora", baseada nos ensinamentos de Jesus Cristo, e incentivou os colegas a participarem.

Ricardo Quirino (Republicanos) elogiou o governador Ronaldo Caiado (UB) por suas entrevistas seguras e pela agenda fora do estado, que, segundo ele, promove Goiás nacionalmente. Também destacou a alteração no Programa Pró-Atleta, que removeu o limite de idade para atletas de alto rendimento.

Clécio Alves (Republicanos) criticou o projeto que prorroga o estado de calamidade em Goiânia, citando parecer do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO) que rejeita o pedido por falta de justificativas concretas. Ele acusou a gestão do prefeito Sandro Mabel (MDB) de irresponsabilidade fiscal e defendeu medidas alternativas.

Mauro Rubem (PT) denunciou o não pagamento de mais de 1.200 profissionais de saúde após o rompimento do contrato com a organização social (OS) IGH. Cobrou ação do Governo Estadual, responsável pela contratação, e pediu ao líder do Governo, Talles Barreto (UB), a criação de uma comissão para resolver o problema.

Major Araújo (PL) expressou solidariedade aos trabalhadores da saúde presentes nas galerias no Plenário Iris Rezende. Eles se manifestam contra a organização social (OS) Instituto de Gestão e Humanização (IGH). Além disso, o deputado questionou os critérios usados para promoção na Polícia Militar do Estado de Goiás (PM-GO).

Bia de Lima (PT) cobrou soluções para os servidores da Saúde não pagos e criticou a demora na convocação de aprovados em concursos. Também questionou a falta de transparência no novo plano de saúde do Ipasgo, exigindo esclarecimentos do governador Caiado.

Por fim, Amauri Ribeiro (UB) utilizou a tribuna para parabenizar a Polícia Militar de Goiás pela rápida e eficiente atuação diante da confusão entre torcedores das equipes Trindade e Anapolina. O episódio ocorreu na noite da última

segunda-feira, 2, nos arredores do Estádio Abrão Manoel da Costa, em Trindade, momentos antes da partida válida pela 3ª rodada da Divisão de Acesso do Campeonato Goiano.

Legislativo deve autorizar hoje, em definitivo, empréstimo com o BID | Portal da Alego

Legislativo deve autorizar hoje, em definitivo, empréstimo com o BID

Pauta com 56 proposições está na Ordem do Dia nesta 3ª-feira, 3, para apreciação dos deputados estaduais, na 1ª sessão ordinária de junho. Entre as matérias em votação final, destaque para a autorização legislativa para o Governo contrair empréstimo de US$ 90,3 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a serem investidos em simplificação tributária, transformação digital, melhoria dos serviços públicos e fortalecimento da governança fiscal. A sessão será transmitida pela TV Assembleia Legislativa, a partir das 15 horas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) realiza, nesta terça-feira, 3, a primeira sessão deliberativa ordinária do mês, com início às 15 horas, no plenário Iris Rezende do Palácio Maguito Vilela. Ao todo, constam 56 proposições legislativas na Ordem do Dia, entre matérias da Governadoria, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) e dos parlamentares.

Entre os destaques da pauta está o projeto de lei nº 12753/25, de autoria da Governadoria, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 90.366.254,00, com garantia da União. Os recursos serão destinados à terceira fase do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Goiás (Profisco).

A proposta, encaminhada pela Secretaria de Estado da Economia, busca promover ações como simplificação tributária, transformação digital, melhoria dos serviços públicos e fortalecimento da governança fiscal, com atenção a critérios de sustentabilidade, equidade de gênero e participação cidadã.

O impacto orçamentário-financeiro estimado para o período de carência de três anos é de R$ 36.925.986,00, valor referente apenas aos juros e encargos. A legalidade e a constitucionalidade da proposta foram atestadas pela Procuradoria-Geral do Estado.

Também na pauta de segunda votação está o projeto de lei nº 13139/25, do TCE, que propõe alterações na lei que rege o plano de carreira e o quadro permanente de servidores da Corte. Segundo o presidente do tribunal, conselheiro Helder Valin Barbosa, o objetivo é padronizar chefias, estruturar novas áreas e otimizar a organização interna do órgão.

A proposta inclui criação de novos cargos, adequação de funções gratificadas e revisão dos critérios para concessão de licenças e gratificações, com impacto orçamentário devidamente calculado.

Outro projeto em segunda votação é o de nº 4357/23, de autoria do deputado Ricardo Quirino (Republicanos), que torna obrigatória a notificação pessoal de idosos contemplados em programas estaduais de habitação popular. A medida altera a Lei nº 21.186/21, que institui o Programa "Pra Ter Onde Morar", e determina que a comunicação da seleção seja feita por carta registrada, ligação telefônica ou e-mail, visando garantir o pleno acesso das pessoas idosas aos seus direitos.

Completam a pauta de segunda votação outras quatro proposições que tratam de instituir o Dia Estadual da Fraternidade Feminina da Maçonaria; de estabelecer a Política Estadual de Enfrentamento aos Crimes de Importunação Sexual e Estupro na rede de transporte coletivo metropolitano; criar a Política Estadual de Fomento a Cursos Sociais, Populares e Comunitários; e determinar a obrigatoriedade de capacitação para tosadores e banhistas de pet shops no Estado.

A sessão também conta com a análise, em primeira votação, de 32 projetos de lei parlamentares. Entre eles, estão iniciativas que declaram de utilidade pública diversas entidades assistenciais e comunitárias, além de propostas de relevância social, como a que institui o "Emprego Inclusivo" para pessoas com deficiência; a que assegura assento preferencial a autistas no transporte público; a que trata da conscientização sobre o uso de cigarros eletrônicos por crianças e adolescentes; a que prevê a emissão de carteiras de identificação para pessoas com epilepsia e doenças raras; e ainda a criação de datas comemorativas, campanhas de saúde, programas de educação ambiental, proteção animal e incentivo à agricultura orgânica e agroecológica.

A Ordem do Dia contempla, ainda, 17 proposições que podem ter os pareceres favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) apreciados. Dentre elas, destacam-se propostas que conferem títulos honoríficos a municípios goianos, instituem campanhas de conscientização, garantem direitos a pessoas com deficiência e promovem ações de inclusão, saúde, cultura, consumo consciente e equoterapia.

A reunião será realizada de forma presencial e representa mais uma etapa do trabalho legislativo do Parlamento goiano no acompanhamento e formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do Estado e à promoção da cidadania. Para mais informações sobre as matérias já constantes da Ordem do Dia para a sessão ordinária desta terça-feira, 3, consulte a pauta prévia.

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões, e a população pode acompanhar os trabalhos pela TV Assembleia Legislativa (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom), pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do YouTube. Dessa forma, a população tem a oportunidade de acompanhar as discussões e votações de todas as matérias em pauta.

A Ordem do Dia, que é a fase mais importante da sessão, envolve a discussão e votação das matérias em destaque. Cada projeto de lei é analisado e debatido pelos deputados antes de ser votado. Esse momento é crucial para a

democracia, pois é quando os parlamentares têm a oportunidade de defender suas proposições, ou argumentar contra as matérias das quais discordam.

As decisões tomadas na Assembleia Legislativa têm impacto direto na vida da população. Por isso, é fundamental que os cidadãos acompanhem o trabalho dos parlamentares e participem das decisões, dando a sua opinião e, assim, contribuindo para o aprimoramento da democracia.

Legislativo deve autorizar hoje, em definitivo, empréstimo com o BID

A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) realiza, nesta terça-feira, 3, a primeira sessão deliberativa ordinária do mês, com início às 15 horas, no plenário Iris Rezende do Palácio Maguito Vilela. Ao todo, constam 56 proposições legislativas na Ordem do Dia, entre matérias da Governadoria, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) e dos parlamentares.

Entre os destaques da pauta está o projeto de lei nº 12753/25, de autoria da Governadoria, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 90.366.254,00, com garantia da União. Os recursos serão destinados à terceira fase do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Goiás (Profisco).

A proposta, encaminhada pela Secretaria de Estado da Economia, busca promover ações como simplificação tributária, transformação digital, melhoria dos serviços públicos e fortalecimento da governança fiscal, com atenção a critérios de sustentabilidade, equidade de gênero e participação cidadã.

O impacto orçamentário-financeiro estimado para o período de carência de três anos é de R$ 36.925.986,00, valor referente apenas aos juros e encargos. A legalidade e a constitucionalidade da proposta foram atestadas pela Procuradoria-Geral do Estado.

Também na pauta de segunda votação está o projeto de lei nº 13139/25, do TCE, que propõe alterações na lei que rege o plano de carreira e o quadro permanente de servidores da Corte. Segundo o presidente do tribunal, conselheiro Helder Valin Barbosa, o objetivo é padronizar chefias, estruturar novas áreas e otimizar a organização interna do órgão.

A proposta inclui criação de novos cargos, adequação de funções gratificadas e revisão dos critérios para concessão de licenças e gratificações, com impacto orçamentário devidamente calculado.

Outro projeto em segunda votação é o de nº 4357/23, de autoria do deputado Ricardo Quirino (Republicanos), que torna obrigatória a notificação pessoal de idosos contemplados em programas estaduais de habitação popular. A medida altera a Lei nº 21.186/21, que institui o Programa ?Pra Ter Onde Morar?, e determina que a comunicação da seleção seja feita por carta registrada, ligação telefônica ou e-mail, visando garantir o pleno acesso das pessoas idosas aos seus direitos.

Completam a pauta de segunda votação outras quatro proposições que tratam de instituir o Dia Estadual da Fraternidade Feminina da Maçonaria; de estabelecer a Política Estadual de Enfrentamento aos Crimes de

Importunação Sexual e Estupro na rede de transporte coletivo metropolitano; criar a Política Estadual de Fomento a Cursos Sociais, Populares e Comunitários; e determinar a obrigatoriedade de capacitação para tosadores e banhistas de pet shops no Estado.

A sessão também conta com a análise, em primeira votação, de 32 projetos de lei parlamentares. Entre eles, estão iniciativas que declaram de utilidade pública diversas entidades assistenciais e comunitárias, além de propostas de relevância social, como a que institui o ?Emprego Inclusivo? para pessoas com deficiência; a que assegura assento preferencial a autistas no transporte público; a que trata da conscientização sobre o uso de cigarros eletrônicos por crianças e adolescentes; a que prevê a emissão de carteiras de identificação para pessoas com epilepsia e doenças raras; e ainda a criação de datas comemorativas, campanhas de saúde, programas de educação ambiental, proteção animal e incentivo à agricultura orgânica e agroecológica.

A Ordem do Dia contempla, ainda, 17 proposições que podem ter os pareceres favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) apreciados. Dentre elas, destacam-se propostas que conferem títulos honoríficos a municípios goianos, instituem campanhas de conscientização, garantem direitos a pessoas com deficiência e promovem ações de inclusão, saúde, cultura, consumo consciente e equoterapia.

A reunião será realizada de forma presencial e representa mais uma etapa do trabalho legislativo do Parlamento goiano no acompanhamento e formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do Estado e à promoção da cidadania. Para mais informações sobre as matérias já constantes da Ordem do Dia para a sessão ordinária desta terça-feira, 3, consulte a pauta prévia.

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões, e a população pode acompanhar os trabalhos pela TV Assembleia Legislativa (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom), pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do YouTube. Dessa forma, a população tem a oportunidade de acompanhar as discussões e votações de todas as matérias em pauta.

A Ordem do Dia, que é a fase mais importante da sessão, envolve a discussão e votação das matérias em destaque. Cada projeto de lei é analisado e debatido pelos deputados antes de ser votado. Esse momento é crucial para a democracia, pois é quando os parlamentares têm a oportunidade de defender suas proposições, ou argumentar contra as matérias das quais discordam.

As decisões tomadas na Assembleia Legislativa têm impacto direto na vida da população. Por isso, é fundamental que os cidadãos acompanhem o trabalho dos parlamentares e participem das decisões, dando a sua opinião e, assim, contribuindo para o aprimoramento da democracia.

Fonte: Assembleia Legislativa de GO

Alteração no plano de carreira do TCE é aprovado em 2ª fase de discussão e votação

O projeto de lei nº 13139/25, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (CTE-GO), foi aprovado, neste instante, em segunda fase. A matéria propõe alterações na lei que rege o plano de carreira e o quadro permanente de servidores da corte. Segundo o presidente do tribunal, conselheiro Helder Valin Barbosa, o objetivo é padronizar chefias, estruturar novas áreas e otimizar a organização interna do órgão.

A proposta inclui criação de novos cargos, adequação de funções gratificadas e revisão dos critérios para concessão de licenças e gratificações, com impacto orçamentário devidamente calculado.

Fonte: Assembleia Legislativa de GO

COMENTE ABAIXO:

Plenário dá 1º aval ao repasse de R$ 500 a famílias vulneráveis

A aprovacao, em primeira fase, do projeto de lei que cria o Programa Goias + Inclusivo, de autoria do Executivo, foi um dos destaques das atividades parlamentares desta terca-feira, 3, realizadas no Plenario Iris Rezende. Ja a proposta que autoriza o Governo Estadual a contratar operacao de credito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) alcancou a chancela definitiva. Os trabalhos foram realizados em duas sessoes, ordinaria e extraordinaria, conduzidas pelo presidente Bruno Peixoto (UB).

O projeto de lei no 13643/25 cria o Programa Goias + Inclusivo com a finalidade de assegurar protecao social e assistencia financeira as familias em situacao de extrema pobreza que tenham, ao menos, uma pessoa, de ate 18 anos de idade incompletos, com deficiencia. A proposta tambem autoriza a abertura de creditos especiais no exercicio de 2025.

De acordo com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (Seds), o programa objetiva, especificamente, fortalecer a protecao das familias que tem criancas e adolescentes com deficiencia e, pela assistencia financeira, garantir-lhes seguranca alimentar, renda e melhoria da qualidade de vida.

Os criterios de monitoramento e avaliacao do programa envolvem a verificacao da eficacia e da eficiencia na aplicacao dos recursos, a analise continua do impacto social nas familias e a elaboracao de planos de acao para corrigir eventuais falhas e aprimorar as estrategias. A iniciativa preve o repasse de R$ 500 mensais para as familias beneficiadas.

Alem disso, estabelece a abertura de credito no valor de R$ 100 milhoes para a implementacao do Equipa Social, programa destinado a reforma e a aquisicao de equipamentos para os Centros de Referencia de Assistencia Social (Cras) e os Centros de Referencia Especializados de Assistencia Social (Creas) nos 246 municipios goianos.

Credito

O projeto no 12753/25, de autoria da Governadoria, autoriza o Poder Executivo a contratar operacao de credito externo junto ao BID no valor de ate US$ 90.366.254,00, com garantia da Uniao. Os recursos serao destinados a terceira fase do Programa de Modernizacao da Gestao Fiscal do Estado de Goias (Profisco). Com a obtencao da aprovacao definitiva, na tarde de hoje, a iniciativa esta apta a sancao do governador.

A proposta, encaminhada pela Secretaria de Estado da Economia, busca promover acoes como simplificacao tributaria, transformacao digital, melhoria dos servicos publicos e fortalecimento da governanca fiscal, com atencao a criterios de

sustentabilidade, equidade de genero e participacao cidada.

O impacto orcamentario-financeiro estimado para o periodo de carencia de tres anos e de R$ 36.925.986,00, valor referente apenas aos juros e encargos. A legalidade e a constitucionalidade da proposta foram atestadas pela Procuradoria-Geral do Estado.

Primeiro aval

Tambem foi aprovada, esta em primeira votacao, a proposicao no 13572/25, de autoria da Governadoria, que dispoe sobre a adesao complementar do Estado de Goias ao beneficio fiscal previsto na legislacao de Mato Grosso do Sul, nos termos da Lei Complementar Federal ndeg 160/17, e do Convenio ICMS ndeg 190/17. O projeto tem por objetivo permitir a concessao de beneficio fiscal ao estabelecimento gerador de energia hidreletrica.

A proposta decorre de solicitacao da Secretaria de Estado da Economia e pretende, de forma geral, regular a permissao para que o governador possa firmar com o interessado um compromisso de obrigacoes reciprocas, para a concessao de beneficio ou de incentivo de forma diferenciada.

Ainda na sessao extraordinaria foi aprovada a proposicao no 13510/25, de autoria de Bruno Peixoto, que pretende incluir no Calendario Civico, Cultural e Turistico do Estado de Goias a chegada do sino Vox Patris no municipio de Trindade.

Tambem foi avalizado, em primeira fase, o projeto de lei no 12752/25, que altera a Lei ndeg 20.756/20, a qual dispoe sobre o regime juridico dos servidores publicos civis do estado de Goias, das autarquias e fundacoes publicas estaduais.

A iniciativa partiu da Secretaria de Estado da Administracao (Sead) e busca ampliar o direito a indenizacao antecipada de ferias para servidores que optarem por permanecer em atividade, mesmo ja tendo cumprido os requisitos para aposentadoria voluntaria ou especial. Segundo o Governo Estadual, os dispositivos atuais nao abrangem todas as possibilidades de aposentadoria previstas nas legislacoes federal e estadual, o que resulta em tratamento desigual entre os servidores.

Outra iniciativa a avancar foi o projeto de lei no 13574/25. A materia, enviada pela Governadoria, dispoe sobre a presidencia, a distancia, por delegados de policia de atos e procedimentos policiais e sobre a formalizacao virtual deles, bem como revoga a Lei ndeg 21.403, de 17 de maio de 2022.

O texto tem por objetivo a substituicao da atual norma por nova legislacao que amplie o uso de ferramentas tecnologicas nos procedimentos de policia judiciaria. A propositura, alem de priorizar os principios da eficiencia e da proporcionalidade, assegurara o pleno atendimento ao principio constitucional da legalidade, pois todos os procedimentos policiais continuarao a ser presididos por delegado de policia, ao qual cabera deliberar sobre situacoes coercitivas, conforme seu juizo tecnico e legal.

Ja o projeto de lei no 13139/25, do Tribunal de Contas do Estado de Goias (TCE-GO), foi aprovado em segunda fase. A materia propoe alteracoes na lei que rege o plano de carreira e o quadro permanente de servidores da Corte. Segundo o presidente do tribunal, conselheiro Helder Valin Barbosa, o objetivo e padronizar chefias, estruturar novas areas e

otimizar a organizacao interna do orgao.

A proposta inclui a criacao de novos cargos, adequacao de funcoes gratificadas e revisao dos criterios para concessao de licencas e gratificacoes, com impacto orcamentario devidamente calculado.

Discursos

Ao subirem a tribuna nesta terca-feira, 3, os deputados destacaram temas como gestao publica, direitos trabalhistas e politicas estaduais, refletindo debates acalorados na Assembleia Legislativa de Goias.

O deputado Paulo Cezar Martins (PL) relatou sua participacao no movimento cristao "Legendarios", um retiro espiritual masculino que busca a transformacao pessoal e comunitaria. Vestindo o uniforme do grupo, Martins destacou a experiencia como "transformadora", baseada nos ensinamentos de Jesus Cristo, e incentivou os colegas a participarem.

Ricardo Quirino (Republicanos) elogiou o governador Ronaldo Caiado (UB) por suas entrevistas seguras e pela agenda fora do estado, que, segundo ele, promove Goias nacionalmente. Tambem destacou a alteracao no Programa Pro-Atleta, que removeu o limite de idade para atletas de alto rendimento.

Clecio Alves (Republicanos) criticou o projeto que prorroga o estado de calamidade em Goiania, citando parecer do Tribunal de Contas dos Municipios (TCM-GO) que rejeita o pedido por falta de justificativas concretas. Ele acusou a gestao do prefeito Sandro Mabel (MDB) de irresponsabilidade fiscal e defendeu medidas alternativas.

Mauro Rubem (PT) denunciou o nao pagamento de mais de 1.200 profissionais de saude apos o rompimento do contrato com a Organizacao Social IGH. Cobrou acao do governo estadual, responsavel pela contratacao, e pediu ao lider do governo, Talles Barreto (UB), a criacao de uma comissao para resolver o problema.

Major Araujo (PL) expressou solidariedade aos trabalhadores da saude presentes nas galerias no Plenario Iris Rezende. Eles se manifestam contra a organizacao social (OS) Instituto de Gestao e Humanizacao (IGH). Alem disso, o deputado questionou os criterios usados para promocao na Policia Militar do Estado de Goias (PM-GO).

Bia de Lima (PT) cobrou solucoes para os servidores da Saude nao pagos e criticou a demora na convocacao de aprovados em concursos. Tambem questionou a falta de transparencia no novo plano de saude do Ipasgo, exigindo esclarecimentos do governador Caiado.

Por fim, Amauri Ribeiro (UB) utilizou a tribuna para parabenizar a Policia Militar de Goias pela rapida e eficiente atuacao diante da confusao entre torcedores das equipes Trindade e Anapolina. O episodio ocorreu na noite da ultima segunda-feira, 2, nos arredores do Estadio Abrao Manoel da Costa, em Trindade, momentos antes da partida valida pela 3a rodada da Divisao de Acesso do Campeonato Goiano.

Fonte: Assembleia Legislativa de GO